

Funaro insiste no crescimento

José Coury Neto

Com seu discurso rígido de sexta-feira, na Conferência de Cúpula sobre Dívida e Comércio, realizada em Nova Iorque, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, deixou claro, mais uma vez, que no processo de negociação de sua dívida externa, o Brasil precisa ter um "tratamento especial", pois buscou o caminho do crescimento econômico para sair da crise do comércio, desejando agora, voltar ao mercado financeiro voluntário.

O ministro criticou severamente o modelo de ajuste imposto até recentemente aos países devedores, que, segundo ele, foi concebido para garantir o serviço da dívida, fosse qual fosse o custo para as economias desses países. Funaro ressaltou que esse modelo levava à recessão, à compressão das importações, à aceleração inflacionária e ao "empobrecimento da população, provocando intranquilidade política e social".

O recado de Funaro também se centrou no argumento de que países devedores devem investir mais para expandir a sua capacidade de importar. Com isso, o ministro deixou claro também que o Brasil não pretende utilizar os seus superávits comerciais exclusivamente no pagamento da dívida. "Mais importações por parte dos países devedores

significa maiores exportações por parte de seus principais parceiros comerciais".

Funaro pregou que o crescimento econômico dos países devedores significa também maior estabilidade no sistema financeiro internacional, uma vez que as empresas interessadas em investir em países devedores contariam com menos "incertezas" e "com lucratividade maior". Com isso, o ministro observou que os bancos internacionais veriam uma recuperação de seus créditos, além de haver uma expansão generalizada do emprego, da renda e do comércio.

Dilson Funaro ressaltou ainda o "compromisso" do governo brasileiro com a sua população de baixa renda, que segundo ele, motivou os recentes ajustes econômicos implementados no país.

De acordo com o ministro, em 1985, o Brasil transferiu para o exterior recursos reais equivalentes, a 24% de sua poupança bruta. Ele acrescentou que não há mais interesse das autoridades econômicas por essa estratégia, que apenas garantia o pagamento de juros e superávits comerciais sem precedentes nas economias em desenvolvimento. "Se a dívida é para ser paga, o custo de seu serviço terá de ser muito menor nos anos vindouros", ressaltou.

Para sensibilizar os ministros

da finanças e presidentes de bancos centrais que participaram da conferência, Funaro destacou que a redução nos custos do serviço da dívida e o aumento nas importações dos países devedores são "dois lados de uma mesma moeda". Dentro deste pensamento, o ministro quis dizer que o país está preparado para negociar o que for negociável, mas não abre mão do crescimento econômico e da consecução de um nível de transferências compatível com esse crescimento.

Em nenhum momento de seu discurso, Funaro mencionou a palavra moratória, que para ele "é a última etapa de um processo de estrangulamento". O ministro acredita, entretanto, que o Clube de Paris levará em conta, na avaliação do caso brasileiro, as recentes medidas de ajuste no Plano Cruzado. Ele já deixou nitido também que o país não fará acordo com o FMI, aceitando apenas o relacionamento instituído pelo Artigo 4 do estatuto do Fundo, que prevê uma missão anual ao país para avaliação da economia.

O ministro encerrou seu discurso na conferência com a seguinte frase: "Ainda não perdi a esperança de que o bom senso possa prevalecer, e de que teremos êxito em, conjuntamente, estabelecer uma interação positiva entre comércio e finanças, no interesse de todos".